



Ata n.º 7

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado - Recrutamento de cinco (5) postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico

Ref.ª AT25

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, nos Paços do Concelho, em Macedo de Cavaleiros, reuniu o júri do procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com vista ao preenchimento de 5 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico, aberto por deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 26/08/2025.-----

Compareceram e estiveram presentes os elementos do Júri, designados por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 13/11/2025:-----

- Presidente: *Jorge Manuel Martins Guerreiro* - Chefe da Divisão de Urbanismo;-----
- 1.º Vogal: *Abílio Rogério Castanheira Pinto*, Técnico Superior – Chefe da Unidade de Finanças;-----
- 2.º Vogal: *Lídia Maria Melo Martins Sá*, Coordenadora Técnica, da Seção de Recursos Humanos-----

A reunião teve como propósito proceder à validação do modelo da prova escrita, e da prova escrita com a correção, que irá ser utilizada no método de avaliação - Prova de Conhecimentos (PC), marcado para o próximo dia 18 de fevereiro de 2026, pelas 10H00, no Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros – Pólo III, sito no Largo das Escolas, 5340-245 Macedo de Cavaleiros. -----

A Prova Escrita de Conhecimentos (Prova Modelo), e a Prova Escrita de Conhecimentos (Prova Modelo, com correção), fazem parte integrante da presente ata, e são rubricadas por todos os membros do Júri. -----

O Júri deliberou ainda enviar à empresa AFGP – Consultoria em Gestão de Pessoas, Lda, a Prova Modelo e a Prova Modelo com correção, devidamente rubricada pelos membros do júri, a ser utilizada no método de avaliação Prova de Conhecimentos (PC). -----

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, do que nela se passou foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai a mesma ser assinada pelos membros do Júri que participaram na sua elaboração. -----



**MACEDO
DE CAVALEIROS**
MUNICÍPIO

[Handwritten signature]

Procedimento Concursal Comum
para ingresso na carreira e categoria de Assistente Técnico

Prova Escrita de Conhecimentos
(Prova Modelo)

Caderno de Questões

INSTRUÇÕES:

- Esta Prova é constituída por um caderno de questões com 16 páginas.
- O bilhete de identidade/cartão de cidadão deverá permanecer em cima da mesa dos candidatos durante toda a prova.
- Os candidatos devem começar por rubricar todas as folhas do caderno da prova.
- Os telemóveis deverão ser desligados antes do início da prova, não sendo admissível a utilização de qualquer equipamento digital ou informático.
- A prova tem a exata duração de **60 minutos + 30 minutos** de tolerância.
- Querendo desistir da prova, os candidatos apenas podem abandonar a sala quinze minutos após o início da mesma, devendo entregar a prova a um dos vigilantes.
- Os candidatos poderão iniciar a prova até quinze minutos depois do início da mesma. Não será permitida a realização da prova após essa hora.
- Quinze minutos antes do termo da prova será feito o correspondente aviso.
- Como material de escrita, os candidatos apenas poderão utilizar caneta ou esferográfica, de tinta azul.
- A prova não deve ser desagradada. Se, acidentalmente, tal ocorrer, deve ser imediatamente contactado um dos vigilantes presentes.
- Não será efetuada a substituição de folhas da prova.
- Não é permitido o uso de corretor.
- Se rasurar qualquer uma das respostas múltiplas, deverá escrever, em letra legível e por extenso, qual a resposta que considera certa e rubricar.
- Não serão consideradas válidas as questões em que:
 - Tenha sido assinalada mais que uma resposta.
 - A cruz tenha sido marcada a lápis.

Boa Sorte



Nº Cartão de Cidadão (CC) _____

1. Compete à Câmara Municipal onerar bens imóveis de valor?

- a) superior a 1000 vezes a RMMG
- b) até 500 vezes a RMMG
- c) até 1000 vezes a RMMG
- d) superior a 2000 vezes a RMMG

Valoração: 0.3

2. Assinale a opção correta. No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão...

- a) Em matéria de facto e de direito, sem requerer diligências complementares
- b) Em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos
- c) Em matéria de facto, alterar o requerimento inicial, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos
- d) Apenas sobre matéria de facto e de direito

Valoração: 0.3

3. Assinale a opção correta. Qual é o prazo para os interessados reclamarem ou interpirem recurso contra a omissão ilegal de atos administrativos?

- a) 10 dia
- b) 30 dias
- c) 6 meses
- d) 1 ano

Valoração: 0.3

4. Compete à Assembleia Municipal elaborar e aprovar o seu regimento. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

ESTD
Ala

5. As funções públicas não são, em regra, exercidas em regime de exclusividade. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

6. Assinale a opção correta. Qual é o prazo para a decisão do recurso hierárquico quando há lugar à realização de nova instrução ou diligências complementares?

- a) 10 dias
- b) 30 dias
- c) 60 dias
- d) 1 ano

Valoração: 0.3

7. São considerados feriados obrigatórios:

- a) 1 de janeiro
- b) 1 de novembro
- c) 1 de dezembro
- d) Todas as anteriores

Valoração: 0.3

8. Uma carreira na função pública com grau 2 de complexidade, exige:

- a) Escolaridade mínima do 9º ano ou curso profissional equivalente
- b) Titularidade do 12º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado
- c) Titularidade do 12º ano nas áreas tecnológicas ou humanidades
- d) Titularidade de licenciatura ou de grau académico superior a esta

Valoração: 0.3

9. Os órgãos das autarquias locais são independentes e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas, revogadas ou anuladas nos termos da lei. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

10. As autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente:

- a) De consulta, planeamento, investimento, fiscalização
- b) De gestão, licenciamento e controlo prévio
- c) Todas as anteriores
- d) Nenhuma das anteriores

Valoração: 0.3

11. Os atos administrativos visam produzir efeitos jurídicos externos numa situação:

- a) Geral e Abstrata
- b) Individual e concreta
- c) Abstrata e Individual
- d) Geral e Concreta

Valoração: 0.3

12. O período anual de férias tem a duração mínima de?

- a) 20 dias úteis
- b) 23 dias
- c) 22 dias úteis
- d) 25 dias

Valoração: 0.3

Handwritten signature and initials in blue ink.

13. Assinale a opção correta. É considerada falta justificada:

- a) A motivada por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto imputável ao trabalhador, como a observância de prescrição médica no seguimento de recurso a técnica de procriação medicamente assistida
- b) A motivada por deslocação a estabelecimento de ensino de responsável pela educação de menor por motivo da situação educativa deste, pelo tempo estritamente necessário, até quatro horas por trimestre, por cada menor
- c) A motivada pela prestação de assistência inadiável e prescindível a qualquer membro do agregado familiar de trabalhador
- d) Todas são verdadeiras

Valoração: 0.3

14. Durante o período experimental, o trabalhador pode denunciar o contrato sem aviso prévio nem necessidade de invocação de justa causa, não havendo direito a indemnização. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

15. Antes do início das férias o trabalhador deve indicar, se possível, ao respetivo empregador público, a forma como pode ser eventualmente contactado. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

test
AW

16. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com outras funções públicas não remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

17. O trabalhador com vínculo de emprego público, integrado na carreira geral de técnico superior, que tenha ou venha a obter o grau de doutor é posicionado:

- a) Na 2.^a posição remuneratória
- b) Na posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que se encontra, quando já esteja posicionado na 3.^a posição remuneratória ou superior
- c) Todas as anteriores
- d) Nenhuma das anteriores

Valoração: 0.3

18. Compete ao empregador público, dentro dos limites decorrentes do vínculo de emprego público e das normas que o regem, fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

19. O intervalo de descanso não pode ter duração superior a uma hora, de modo a que o trabalhador não preste mais de cinco horas de trabalho consecutivo, exceto quando se trate de jornada contínua ou regime previsto em norma especial. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

Handwritten signature and initials in blue ink.

20. O empregador público deve manter um registo que permita apurar o número de horas de trabalho prestadas pelo trabalhador, por dia e por semana, com indicação da hora de início e de termo do trabalho, bem como dos intervalos efetuados. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

21. O requerimento inicial dos interessados deve ser sempre formulado por escrito. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

22. A Câmara Municipal pode delegar, no respetivo presidente, a emissão de parecer sobre projetos de obras não sujeitas a controlo prévio. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

23. O responsável pela direção do procedimento deve fazer constar do procedimento os factos de que tenha conhecimento em virtude do exercício das suas funções. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

Handwritten signature and initials in blue ink.

24. O contrato a termo certo dura pelo período acordado, não podendo exceder quatro anos, incluindo renovações, nem ser renovado mais de duas vezes, sem prejuízo do disposto em lei especial. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

25. O trabalhador pode denunciar o contrato de trabalho em funções públicas, independentemente de justa causa, mediante comunicação escrita enviada ao empregador público com a antecedência mínima de 30 ou 60 dias, conforme tenha, respetivamente, até dois anos ou mais de dois anos de antiguidade no órgão ou serviço. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

26. As associações de autarquias locais não estão sujeitas ao regime da tutela administrativa. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

Handwritten signature and initials in blue ink.

27. O prazo para os atos a praticar pelos órgãos administrativos é de 10 dias úteis, exceto quanto ao prazo de decisão do procedimento e na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

28. O trabalhador em funções públicas, pode exercer qualquer outra atividade remunerada durante as férias, sem autorização do empregador público. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

29. Os órgãos representativos do município são:

- a) Junta de freguesia e Assembleia Municipal
- b) Assembleia Municipal
- c) Assembleia de Freguesia e Câmara Municipal
- d) Assembleia Municipal e Câmara Municipal

Valoração: 0.3

30. Salvo disposição expressa em contrário, os pareceres legalmente previstos consideram-se:

- a) Obrigatórios e vinculativos
- b) Obrigatórios e não vinculativos
- c) Facultativos e vinculativos
- d) Facultativos e não vinculativos

Valoração: 0.3

Handwritten signature and initials in blue ink.

31. O procedimento administrativo é tendencialmente pago, na medida em que impõe o pagamento de taxas por despesas, encargos ou outros custos suportados pela Administração. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

32. A revogação é o ato administrativo que determina a cessação dos efeitos de outro ato, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

33. Os serviços municipais não se orientam pelos seguintes princípios:

- a) Gestão por objetivos
- b) Sustentabilidade financeira
- c) Qualidade, inovação e modernização
- d) Coordenação e cooperação

Valoração: 0.3

34. A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, excetuado um único período de descanso não superior a 30 minutos que, para todos os efeitos, não se considera tempo de trabalho. Esta afirmação é:

- a) Verdadeiro
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

35. As reclamações e recursos contra a omissão ilegal de atos administrativos podem ser apresentados no prazo de:

- a) 20 anos
- b) 6 meses
- c) 1 ano
- d) 30 dias

Valoração: 0.3

36. As unidades orgânicas flexíveis dos serviços municipais são dirigidas por:

- a) dirigentes intermédios de 2.º grau — chefes de unidade
- b) dirigentes intermédios de 2.º grau — chefes de divisão municipal — e dirigentes intermédios de 3.º grau — chefes de unidade
- c) dirigentes intermédios de 3.º grau — chefes de unidade e dirigentes intermédios - chefes de gabinete
- d) dirigentes superiores de 2.º grau — chefe de gabinete

Valoração: 0.3

37. O presidente da assembleia municipal cessante ou o presidente da comissão administrativa cessante, conforme o caso, ou, na falta ou impedimento daqueles, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora procede à instalação da nova assembleia até:

- a) ao 22.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais
- b) ao 16.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais
- c) ao 20.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais
- d) ao 15.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais

Valoração: 0.3

38. As empresas são obrigadas a manter em arquivo os contratos celebrados em que são intervenientes, pelo período de:

- a) sete anos a contar da data da conclusão das obras
- b) quatro anos a contar da data da conclusão das obras
- c) dez anos a contar da data da conclusão das obras
- d) cinco anos a contar da data da conclusão das obras

Valoração: 0.3

Handwritten signature and initials in blue ink.

39. Compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo e fixar o seu número. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

40. A publicação de anúncios no Diário da República, deve ser efetuada:

- a) No prazo de 8 horas, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de vinte e quatro horas
- b) No prazo de 24 horas, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de 48 horas
- c) Em tempo real, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de vinte e quatro horas
- d) No prazo de 12 horas, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de 24 horas

Valoração: 0.3

41. Ao Geoparque Terras de Cavaleiros compete contribuir para a dinamização do património natural e cultural, com especial ênfase no património geológico, numa perspetiva de aprofundamento e divulgação do conhecimento científico, fomentando a florestação e o desenvolvimento sustentável do território do Geoparque Terras de Cavaleiros, baseado nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2040 (ODS). Esta afirmação é :

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

42. Na constituição da Assembleia Municipal:

- a) O número de membros eleitos diretamente não pode ser superior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal
- b) O número de membros eleitos diretamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal
- c) O número de membros eleitos indiretamente não pode ser superior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal
- d) O número de membros eleitos indiretamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal

Valoração: 0.3

43. A mesa da assembleia é composta por um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário e é eleita pela assembleia de freguesia, de entre os seus membros. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

44. O caderno de encargos do procedimento de formação de contratos de empreitada de obras públicas deve incluir um projeto de execução. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

45. A Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia municipal, pelo seu Presidente, que pode intervir nos debates, com direito a voto. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

46. A comissão paritária é composta por doze membros, sendo repartidos da seguinte forma:

- a) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes dos trabalhadores, divididos de forma proporcional entre as frentes sindicais signatárias
- b) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes dos trabalhadores, divididos em igual número entre as frentes sindicais signatárias
- c) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes sindicais, divididos de forma proporcional entre as frentes sindicais signatárias.
- d) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes sindicais, divididos em igual número entre as frentes sindicais signatárias.

Valoração: 0.3

47. As despesas emergentes do funcionamento da comissão paritária são suportadas pela DGAEP. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal:

Valoração: 0.4

48. Em audiência prévia, o órgão responsável pela direção do procedimento manda notificar os interessados para, dizerem o que se lhes oferecer, em prazo:

- a) Não inferior a 10 dias úteis
- b) Inferior a 10 dias
- c) Inferior a 10 dias úteis
- d) Não inferior a 10 dias

Valoração: 0.3



**MACEDO
DE CAVALEIROS**
MUNICÍPIO

Handwritten signature and date: 11/11/13

**Procedimento Concursal Comum
para ingresso na carreira e categoria de Assistente Técnico**

**Prova Escrita de Conhecimentos
(Prova Modelo, com correção)**

Caderno de Questões

~~10/11~~
11/12

INSTRUÇÕES:

- Esta Prova é constituída por um caderno de questões com 16 páginas.
- O bilhete de identidade/cartão de cidadão deverá permanecer em cima da mesa do candidato durante toda a prova.
- O candidato deve começar por rubricar todas as folhas do caderno da prova.
- Os telemóveis deverão ser desligados antes do início da prova, não sendo admissível a utilização de qualquer equipamento digital ou informático.
- A prova tem a exata duração de **60 minutos + 30 minutos** de tolerância.
- Querendo desistir da prova, o candidato apenas poderá abandonar a sala quinze minutos após o início da mesma, devendo entregar a prova a um dos vigilantes.
- O candidato poderá iniciar a prova até quinze minutos depois do início da mesma. Não será permitida a realização da prova após essa hora.
- Quinze minutos antes do termo da prova será feito o correspondente aviso.
- Como material de escrita, o candidato apenas poderá utilizar caneta ou esferográfica, de tinta azul.
- A prova não deve ser desagradada. Se, acidentalmente, tal ocorrer, deve ser imediatamente contactado um dos vigilantes presentes.
- Não será efetuada a substituição de folhas da prova.
- Não é permitido o uso de corretor.
- Se rasurar qualquer uma das respostas múltiplas, deverá escrever, em letra legível e por extenso, qual a resposta que considera certa e rubricar.
- Não serão consideradas válidas as questões em que:
 - Tenha sido assinalada mais que uma resposta.
 - A cruz tenha sido marcada a lápis.

Boa Sorte

Handwritten signature

Nº Cartão de Cidadão (CC) _____

NOTA: Respostas certas sinalizadas a vermelho, com indicação do enquadramento legal

1. Compete à Câmara Municipal onerar bens imóveis de valor? (art. 33.º, nº1, alínea g), Lei nº75/2013, de 12 de setembro, atualização DL n.º 10/2024, de 08/01)
- a) superior a 1000 vezes a RMMG
 - b) até 500 vezes a RMMG
 - c) até 1000 vezes a RMMG
 - d) superior a 2000 vezes a RMMG

Valoração: 0.3

2. Assinale a opção correta. No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão... (SECÇÃO IV, art. 121., nº2, CPA, - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02))
- a) Em matéria de facto e de direito, sem requerer diligências complementares
 - b) Em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos
 - c) Em matéria de facto, alterar o requerimento inicial, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos
 - d) Apenas sobre matéria de facto e de direito

Valoração: 0.3

3. Assinale a opção correta. Qual é o prazo para os interessados reclamarem ou interporem recurso contra a omissão ilegal de atos administrativos? (SECÇÃO VI - art. 187.º de CPA - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02))
- a) 10 dia
 - b) 30 dias
 - c) 6 meses
 - d) 1 ano

Valoração: 0.3

4. Compete à Assembleia Municipal elaborar e aprovar o seu regimento. A afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: (art. 26.º, nº1, alínea a), Lei nº75/2013 – versão mais recente DL n.º 10/2024, de 08/01)

Valoração: 0.4

5. As funções públicas não são, em regra, exercidas em regime de exclusividade. Esta afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: SECÇÃO II, Art.20.º, Lei nº35/2014 - mais recente (DL n.º 13/2024, de 10/01))

Valoração: 0.4

Leal
11

6. Assinale a opção correta. Qual é o prazo para a decisão do recurso hierárquico quando há lugar à realização de nova instrução ou diligências complementares? (art. 198., nº2, CPA - Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02), Contém as alterações dos seguintes diplomas - Lei n.º 72/2020, de 16/11)
- a) 10 dias
 - b) 30 dias
 - c) 60 dias
 - d) 1 ano

Valoração: 0.3

7. São considerados feriados obrigatórios: (art. 234.º, nº1, Lei nº7/2009, CT, com aplicação de Cap. V, Seção I, art. 122º, nº 2, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em FP)
- a) 1 de janeiro
 - b) 1 de novembro
 - c) 1 de dezembro
 - d) Todas as anteriores

Valoração: 0.3

8. Uma carreira na função pública com grau 2 de complexidade exige: (art. 86, nº 1, alínea b) Lei 35/2014, 20 junho, versão mais recente (DL n.º 13/2024, de 10/01)
- a) Escolaridade mínima do 9º ano ou curso profissional equivalente
 - b) Titularidade do 12º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado
 - c) Titularidade do 12º ano nas áreas tecnológicas ou humanidades
 - d) Titularidade de licenciatura ou de grau académico superior a esta

Valoração: 0.3

9. Os órgãos das autarquias locais são independentes e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas, revogadas ou anuladas nos termos da lei. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (Cap. IV, art.º 44, lei nº 75/2013, versão mais recente DL n.º 10/2024, de 08/01)

Valoração: 0.4

10. As autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente: (Lei nº75/2013, versão mais recente DL n.º 10/2024, de 08/01; ANEXO I (a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º) – artigo 3º, todas as alíneas)
- a) De consulta, planeamento, investimento, fiscalização
 - b) De gestão, licenciamento e controlo prévio
 - c) Todas as anteriores
 - d) Nenhuma das anteriores

Valoração: 0.3

11. Os atos administrativos visam produzir efeitos jurídicos externos numa situação: (Cap II, seção I, art. 148.º CPA, DL n.º4/2015, de 7 de janeiro, versão mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02))

- a) Geral e Abstrata
- b) Individual e concreta
- c) Abstrata e Individual
- d) Geral e Concreta

desta
11
12
13
14
15

Valoração: 0.3

12. O período anual de férias tem a duração mínima de: (n.º 2, do artigo n.º 126º (da secção II), da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, de 20 junho, versão mais recente (DL n.º 13/2024, de 10/01))
- a) 20 dias úteis
 - b) 23 dias
 - c) 22 dias úteis
 - d) 25 dias

Valoração: 0.3

13. Assinale a opção correta. É considerada falta justificada: (alínea f), do n.º 2, do artigo n.º 134º, secção III, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, 20 junho, versão mais recente)
- a) A motivada por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto imputável ao trabalhador, como a observância de prescrição médica no seguimento de recurso a técnica de procriação medicamente assistida
 - b) A motivada por deslocação a estabelecimento de ensino de responsável pela educação de menor por motivo da situação educativa deste, pelo tempo estritamente necessário, até quatro horas por trimestre, por cada menor
 - c) A motivada pela prestação de assistência inadiável e prescindível a qualquer membro do agregado familiar de trabalhador
 - d) Todas são verdadeiras

Valoração: 0.3

14. Durante o período experimental, o trabalhador pode denunciar o contrato sem aviso prévio nem necessidade de invocação de justa causa, não havendo direito a indemnização. Esta afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: (artigo n.º 47º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, 20 junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0.4

15. Antes do início das férias o trabalhador deve indicar, se possível, ao respetivo empregador público, a forma como pode ser eventualmente contactado. Esta afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: (art 132º, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, 20 junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0.4

Handwritten signature and initials in blue ink.

16. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com outras funções públicas não remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (art.º 21, nº 1, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, 20 junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0.4

17. O trabalhador com vínculo de emprego público, integrado na carreira geral de técnico superior, que tenha ou venha a obter o grau de doutor é posicionado: (artº 39 -B, nº 01, alínea b) - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, 20 junho, Contém as alterações dos seguintes diplomas, DL n.º 13/2024, de 10/01)

- a) Na 2.ª posição remuneratória
- b) Na posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que se encontra, quando já esteja posicionado na 3.ª posição remuneratória ou superior
- c) Todas as anteriores
- d) Nenhuma das anteriores

Valoração: 0.3

18. Compete ao empregador público, dentro dos limites decorrentes do vínculo de emprego público e das normas que o regem, fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (artº 74, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP – 35/2014, 20 junho, versão mais recente do diploma DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0.4

19. O intervalo de descanso não pode ter duração superior a uma hora, de modo a que o trabalhador não preste mais de cinco horas de trabalho consecutivo, exceto quando se trate de jornada contínua ou regime previsto em norma especial. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (art.º 109, nº 1, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0.4

20. O empregador público deve manter um registo que permita apurar o número de horas de trabalho prestadas pelo trabalhador, por dia e por semana, com indicação da hora de início e de termo do trabalho, bem como dos intervalos efetuados. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (artº 104, nº 1, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Handwritten signature and initials in blue ink.

Valoração: 0.4

21. O requerimento inicial dos interessados deve ser sempre formulado por escrito. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) **Falsa**

Fundamentação Legal: (cap. II, Art. 102.,º nº1. CPA, Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02))

Valoração: 0,4

22. A Câmara Municipal pode delegar, no respetivo presidente, a emissão de parecer sobre projetos de obras não sujeitas a controlo prévio. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) **Falsa**

Fundamentação Legal: (Art.34, alínea n.º 1), exceção Z; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, versão mais recente DL n.º 10/2024, de 08/01))

Valoração: 0,4

23. O responsável pela direção do procedimento deve fazer constar do procedimento os factos de que tenha conhecimento em virtude do exercício das suas funções. Esta afirmação é:

- a) **Verdadeira**
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (seção III Da instrução, art.º 115., n.3, CPA - Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02))

Valoração: 0,4

24. O contrato a termo certo dura pelo período acordado, não podendo exceder quatro anos, incluindo renovações, nem ser renovado mais de duas vezes, sem prejuízo do disposto em lei especial. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) **Falsa**

Fundamentação Legal: (artº60, nº 1, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0,4

Handwritten signature and initials in blue ink.

25. O trabalhador pode denunciar o contrato de trabalho em funções públicas, independentemente de justa causa, mediante comunicação escrita enviada ao empregador público com a antecedência mínima de 30 ou 60 dias, conforme tenha, respetivamente, até dois anos ou mais de dois anos de antiguidade no órgão ou serviço. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (artº304, nº 1, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0,4

26. As associações de autarquias locais não estão sujeitas ao regime da tutela administrativa. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (art.º 64, Lei nº 75/2013, de 12 setembro, versão mais recente (DL n.º 10/2024, de 08/01))

Valoração: 0,4

27. O prazo para os atos a praticar pelos órgãos administrativos é de 10 dias úteis, exceto quanto ao prazo de decisão do procedimento e na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração.

Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (art. 86.º, CPA, Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02))

Valoração: 0,4

28. O trabalhador em funções públicas, pode exercer qualquer outra atividade remunerada durante as férias, sem autorização do empregador público. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, versão mais recente DL n.º 13/2024, de 10/01)

Valoração: 0,4

29. Os órgãos representativos do município são: (Anexo I, art.5, Lei nº75/2013, de 12 setembro, versão mais recente (DL n.º 10/2024, de 08/01))

- a) Junta de freguesia e Assembleia Municipal
- b) Assembleia Municipal
- c) Assembleia de Freguesia e Câmara Municipal
- d) Assembleia Municipal e Câmara Municipal

Valoração: 0.3

30. Salvo disposição expressa em contrário, os pareceres legalmente previstos consideram-se: (capítulo VII art 91.º, n.º 2, CPA, Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02)
- a) Obrigatórios e vinculativos
 - b) **Obrigatórios e não vinculativos**
 - c) Facultativos e vinculativos
 - d) Facultativos e não vinculativos

Valoração: 0.3

31. O procedimento administrativo é tendencialmente pago, na medida em que impõe o pagamento de taxas por despesas, encargos ou outros custos suportados pela Administração. Esta afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) **Falsa**

Fundamentação Legal: (artº 15, nº 1, CPA, Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02)

Valoração: 0.4

32. A revogação é o ato administrativo que determina a cessação dos efeitos de outro ato, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade. Esta afirmação é:
- a) **Verdadeira**
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: (art. 165, nº1, CPA, Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02)

Valoração: 0.4

33. Os serviços municipais não se orientam pelos seguintes princípios: (Artigo 2.º, nº 1, ROSMEC, Regulamento n.º 521/2024, 10-05-2024)
- a) Gestão por objetivos
 - b) **Sustentabilidade financeira**
 - c) Qualidade, inovação e modernização
 - d) Coordenação e cooperação

Valoração: 0.3

34. A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, excetuado um único período de descanso não superior a 30 minutos que, para todos os efeitos, não se considera tempo de trabalho. Esta afirmação é:
- a) Verdadeiro
 - b) **Falsa**

Fundamentação Legal: (Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, artº 8, nº 1)

Valoração: 0.4

35. As reclamações e recursos contra a omissão ilegal de atos administrativos podem ser apresentados no prazo de: (art.187.º CPA - Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02)
- a) 20 anos
 - b) 6 meses
 - c) **1 ano**
 - d) 30 dias

Valoração: 0.3

36. As unidades orgânicas flexíveis dos serviços municipais são dirigidas por: (artigo 3º, alínea a), ROSMEC, Regulamento n.º 521/2024, 10-05-2024)
- a) dirigentes intermédios de 2.º grau — chefes de unidade
 - b) **dirigentes intermédios de 2.º grau — chefes de divisão municipal — e dirigentes intermédios de 3.º grau — chefes de unidade**
 - c) dirigentes intermédios de 3.º grau — chefes de unidade e dirigentes intermédios - chefes de gabinete
 - d) dirigentes superiores de 2.º grau — chefe de gabinete

Valoração: 0.3

37. O presidente da assembleia municipal cessante ou o presidente da comissão administrativa cessante, conforme o caso, ou, na falta ou impedimento daqueles, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora procede à instalação da nova assembleia até: (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, art.44, n.º 1 (Contém as alterações dos seguintes diplomas:- Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 , - Rect. n.º 4/2002, de 06/02)
- a) ao 22.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais
 - b) ao 16.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais
 - c) **ao 20.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais**
 - d) ao 15.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais

Valoração: 0.3

38. As empresas são obrigadas a manter em arquivo os contratos celebrados em que são intervenientes, pelo período de: Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro,/ versão atualizada DL n.º 112/2025, de 23 de Outubro, SECÇÃO VII, Subempregadas, art.384º, n.º 4)
- a) sete anos a contar da data da conclusão das obras
 - b) quatro anos a contar da data da conclusão das obras
 - c) dez anos a contar da data da conclusão das obras
 - d) **cinco anos a contar da data da conclusão das obras**

Valoração: 0.3

39. Compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo e fixar o seu número. Esta afirmação é:
- a) **Verdadeira**
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro secção II, art.58º n.º1, versão mais recente do diploma - Lei n.º 69/2021, de 20/10))

Valoração: 0.4

40. A publicação de anúncios no Diário da República, deve ser efetuada: (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro,/ versão atualizada DL n.º 112/2025, de 23 de Outubro, art.º3, n.º 2)
- a) No prazo de 8 horas, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de vinte e quatro horas
 - b) No prazo de 24 horas, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de 48 horas
 - c) **Em tempo real, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de vinte e quatro horas**
 - d) No prazo de 12 horas, no caso dos concursos públicos urgentes e, nos demais casos, no prazo máximo de 24 horas

Valoração: 0.3

[Handwritten signature]

41. Ao Geoparque Terras de Cavaleiros compete contribuir para a dinamização do património natural e cultural, com especial ênfase no património geológico, numa perspetiva de aprofundamento e divulgação do conhecimento científico, fomentando a florestação e o desenvolvimento sustentável do território do Geoparque Terras de Cavaleiros, baseado nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2040 (ODS).

Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (artº 14, ROSMEC versão de 10.05.2024) – contribuir para a proteção, valorização e dinamização é em 2030 e é para fomentar o turismo)

Valoração: 0.4

42. Na constituição da Assembleia Municipal: (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, capítulo IV, art. 42.º, n.º 2 versão recente (Lei n.º 69/2021, de 20/10) - (Contém as alterações dos seguintes diplomas: Lei n.º 5-A/2002, de 11/01))

- a) O número de membros eleitos diretamente não pode ser superior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal
- b) O número de membros eleitos diretamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal
- c) O número de membros eleitos indiretamente não pode ser superior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal
- d) O número de membros eleitos indiretamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal

Valoração: 0.3

43. A mesa da assembleia é composta por um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário e é eleita pela assembleia de freguesia, de entre os seus membros. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro art.10º, nº 1, versão recente (Lei n.º 69/2021, de 20/10) - Contém as alterações dos seguintes diplomas: - Lei n.º 5-A/2002, de 11/01)

Valoração: 0.4

44. O caderno de encargos do procedimento de formação de contratos de empreitada de obras públicas deve incluir um projeto de execução. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira
- b) Falsa

Fundamentação Legal: (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, / versão atualizada DL n.º 112/2025, de 23 de Outubro artº 43, nº 1)

Valoração: 0.4

[Handwritten signature]
1/2

45. A Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia municipal, pelo presidente, que pode intervir nos debates, com direito a voto. Esta afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) Falsa**

Fundamentação Legal: . (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, versão recente (Lei n.º 69/2021, de 20/10), art.º 48, nº 1)

Valoração: 0.4

46. A comissão paritária é composta por doze membros, sendo repartidos da seguinte forma: (Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, artº 21, nº 2, alíneas a) e b))
- a) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes dos trabalhadores, divididos de forma proporcional entre as frentes sindicais signatárias
 - b) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes dos trabalhadores, divididos em igual número entre as frentes sindicais signatárias**
 - c) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes sindicais, divididos de forma proporcional entre as frentes sindicais signatárias.
 - d) Seis representantes das entidades empregadoras e seis representantes sindicais, divididos em igual número entre as frentes sindicais signatárias.

Valoração: 0.3

47. As despesas emergentes do funcionamento da comissão paritária são suportadas pela DGAEP. Esta afirmação é:
- a) Verdadeira
 - b) Falsa**

Fundamentação Legal: Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 setembro, Art. 21, nº 12 – suportada pelas partes)

Valoração: 0.4

48. Em audiência prévia, o órgão responsável pela direção do procedimento manda notificar os interessados para, dizerem o que se lhes oferecer, em prazo: (art.122, n.1, CPA, Dec-Lei n.º 4/2015, de 7 de jan., 3ª versão - mais recente (DL n.º 11/2023, de 10/02)
- a) Não inferior a 10 dias úteis
 - b) Inferior a 10 dias
 - c) Inferior a 10 dias úteis
 - d) Não inferior a 10 dias**

Valoração: 0.3

49. A receção dos invólucros da apresentação de propostas deve ser registada, anotando-se a data e a hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, a identidade das pessoas que a efetuaram, sendo entregue a estas um recibo comprovativo dessa entrega.
Esta afirmação é:
- a) Verdadeira**
 - b) Falsa

Fundamentação Legal: (CCP, DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, CAP III, Capítulo III - Disposições transitórias, Art. 9.º)

Valoração: 0.4

[Handwritten signature]

50. Descreva as formalidades do ato público, no âmbito do Código dos Contratos Públicos. (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, artº 12, Capítulo I)

Resposta:

1 - O presidente do júri inicia o ato público identificando o procedimento através de referência ao respetivo anúncio.

2 - Em seguida, são abertos os invólucros que contêm os documentos que constituem as propostas ou as candidaturas pela ordem da respetiva receção, procedendo-se à leitura da lista dos concorrentes ou dos candidatos, elaborada pela mesma ordem.

3 - Cumprido o disposto no número anterior, o júri solicita aos representantes dos concorrentes ou dos candidatos as respetivas credenciais.

4 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes ou dos candidatos pode reclamar desse facto, devendo para o efeito apresentar o recibo referido no n.º 5 do artigo 9.º ou documento postal comprovativo da tempestiva receção do seu invólucro exterior.

5 - Apresentada reclamação nos termos do disposto no número anterior, o júri interrompe a sessão do ato público para averiguar o destino do invólucro.

6 - Se o invólucro não for encontrado, o júri fixa ao reclamante um novo prazo para a apresentação da respetiva proposta ou candidatura, informando os presentes da data e da hora em que a sessão será retomada.

7 - Se o invólucro for encontrado antes do termo do prazo referido no número anterior, dá-se imediato conhecimento do facto ao interessado, procedendo-se à abertura daquele logo que retomada a sessão do ato público.

8 - Cumprido o disposto nos números anteriores, o presidente do júri encerra o ato público, do qual é elaborada ata que deve ser sempre assinada pelo secretário e pelo presidente do júri.

Valoração: 2,6